

A Construção do Modelo de Análise

Para assegurar a acessibilidade do recurso audiovisual, a gravação em vídeo é acompanhada por um texto de apoio não publicado, que reproduz e organiza os conteúdos apresentados.

Introdução

A investigação em Ciências Sociais desempenha um papel fundamental na compreensão dos fenómenos sociais, culturais, políticos e económicos que marcam as sociedades contemporâneas. Através de métodos científicos rigorosos, os investigadores procuram analisar comportamentos, relações sociais, instituições e processos sociais, produzindo conhecimento válido e socialmente relevante. Neste contexto, a construção do modelo de análise assume uma importância central, uma vez que permite estabelecer a ligação entre o enquadramento teórico e a realidade empírica observada.

Vamos abordar os principais elementos associados à construção do modelo de análise em Ciências Sociais, nomeadamente os conceitos, as hipóteses, as variáveis, a mensuração e as escalas. Serão igualmente discutidas as limitações metodológicas da investigação social, bem como os princípios éticos fundamentais associados ao processo de investigação científica.



1. O modelo de análise em Ciências Sociais

A construção do modelo de análise constitui uma das etapas mais importantes da investigação científica em Ciências Sociais. De acordo com Campenhoudt, Marquet e Quivy (2019), o modelo de análise permite transformar questões abstratas em elementos observáveis e suscetíveis de análise empírica. Através deste processo, o investigador consegue definir aquilo que pretende estudar, identificar os fenómenos relevantes e estabelecer relações entre diferentes elementos da realidade social.

Segundo Babbie (2016), o modelo de análise funciona como um “mapa conceptual” que orienta toda a investigação científica. Este modelo organiza os conceitos, as hipóteses, as variáveis, os indicadores e os procedimentos metodológicos utilizados ao longo do estudo. Desta forma, contribui para garantir coerência, rigor científico e clareza na interpretação dos dados recolhidos.

O modelo de análise desempenha três funções fundamentais:

Em primeiro lugar, permite delimitar o campo de análise, isto é, definir o espaço empírico da investigação e identificar a população ou os grupos sobre os quais o estudo irá incidir.

Em segundo lugar, possibilita organizar os conceitos, hipóteses e variáveis, garantindo coerência entre a problemática, os objetivos da investigação e os métodos utilizados.

Por fim, facilita a recolha, organização e interpretação dos dados, contribuindo para uma investigação mais estruturada e rigorosa.



Segundo Creswell (2014), a ausência de um modelo de análise claro pode comprometer a validade científica da investigação, uma vez que dificulta a articulação entre teoria e observação empírica. Deste modo, o modelo de análise deve ser entendido como um elemento estruturador de todo o processo de investigação científica.

2. Os conceitos e a operacionalização

Os conceitos constituem os elementos fundamentais da investigação científica, permitindo representar abstratamente a realidade social. Durkheim (1982) defendia que os fenómenos sociais deveriam ser tratados como “coisas”, exigindo definições claras, rigorosas e objetivas. Também Weber (2005) sublinhava que os conceitos são construções analíticas utilizadas para compreender a complexidade da realidade social.

Contudo, os conceitos, por si só, não podem ser observados diretamente. Torna-se, por isso, necessário operacionalizá-los. Segundo Campenhoudt et al. (2019), a operacionalização corresponde ao processo de transformação de conceitos abstratos em elementos observáveis e mensuráveis. Este processo implica a definição de dimensões e indicadores.

As dimensões representam diferentes aspetos do conceito, enquanto os indicadores correspondem a elementos concretos que permitem medir empiricamente essas dimensões. Por exemplo, o conceito de participação política pode ser dividido em duas dimensões principais: participação convencional e



participação não convencional. A participação convencional pode incluir indicadores como o voto, a filiação partidária ou a participação em campanhas eleitorais. Já a participação não convencional pode incluir manifestações, petições, ativismo digital ou boicotes políticos.

Segundo Bourdieu (1989), a escolha dos indicadores não é neutra, sendo influenciada pelas perspectivas teóricas e metodológicas do investigador. Assim, a operacionalização exige reflexão crítica e rigor científico.

3. As hipóteses de investigação

As hipóteses desempenham um papel central na investigação científica. Segundo Popper (2005), o conhecimento científico avança através da formulação e tentativa de refutação de hipóteses. Uma hipótese corresponde a uma proposição provisória que estabelece relações entre fenómenos ou variáveis e que pode ser empiricamente testada.

Para Fortin (2009) e Gil (1995), uma hipótese cientificamente válida deve apresentar várias características fundamentais: clareza, objetividade, plausibilidade, fundamentação teórica e possibilidade de verificação empírica. Assim, as hipóteses permitem orientar a recolha de dados e a análise dos fenómenos sociais.

Um exemplo de hipótese seria: “Os jovens que utilizam redes sociais com maior frequência apresentam maior envolvimento político”. Neste caso, a hipótese estabelece uma relação entre duas variáveis e antecipa uma possível explicação para o fenómeno estudado.



As hipóteses podem ainda ser dedutivas ou indutivas. Segundo Bryman (2016), as hipóteses dedutivas partem da teoria para a observação empírica, sendo frequentes em estudos quantitativos. Por outro lado, Flick (2018) refere que as hipóteses indutivas emergem da observação da realidade social e são mais comuns em estudos qualitativos.

Importa igualmente referir a distinção entre hipótese nula e hipótese alternativa. A hipótese nula nega a existência de relação significativa entre variáveis, enquanto a hipótese alternativa sustenta a existência dessa relação (Coutinho, 2023).

4. As variáveis

As variáveis representam características ou fenómenos suscetíveis de assumir diferentes valores ou categorias. Segundo Creswell (2014), as variáveis permitem compreender relações entre fenómenos sociais e desenvolver explicações científicas.

No âmbito da investigação científica, distinguem-se variáveis independentes e dependentes. A variável independente corresponde ao fator explicativo ou causa, enquanto a variável dependente representa o efeito ou consequência. Por exemplo, na hipótese “os jovens que utilizam frequentemente redes sociais apresentam maior envolvimento político”, o uso das redes sociais constitui a variável independente e o envolvimento político corresponde à variável dependente.

As variáveis podem igualmente ser classificadas como qualitativas ou quantitativas. As variáveis qualitativas referem-se a categorias ou atributos sociais, como género, religião ou profissão. As variáveis quantitativas assumem valores



numéricos, como idade, rendimento ou número de manifestações em que um indivíduo participou.

Babbie (2021) destaca ainda três tipos de relações entre variáveis: relações simétricas, relações assimétricas e relações recíprocas. As relações simétricas correspondem a associações sem causalidade. As relações assimétricas envolvem relações de causa e efeito. Já as relações recíprocas caracterizam-se pela influência mútua entre variáveis.

5. Mensuração e escalas

A mensuração constitui um processo essencial na investigação em Ciências Sociais, permitindo atribuir valores ou categorias aos fenómenos sociais. Segundo Gil (2008), a mensuração possibilita transformar conceitos abstratos em dados organizados e analisáveis.

Associadas à mensuração encontram-se as escalas, instrumentos utilizados para organizar e representar os valores atribuídos às variáveis. Stevens (1946) propôs quatro níveis fundamentais de mensuração: escalas nominais, ordinais, de intervalo e de razão.

A escala nominal corresponde ao nível mais simples de mensuração e é utilizada apenas para classificar categorias, sem estabelecer qualquer ordem entre elas. Exemplos incluem género, religião ou partido político.

A escala ordinal permite ordenar categorias, embora não possibilite medir a distância exata entre elas. Exemplos incluem níveis de satisfação ou níveis de escolaridade.



A escala de intervalo apresenta intervalos iguais entre os valores, mas não possui zero absoluto. Exemplos incluem a temperatura e o ano de nascimento.

Por fim, a escala de razão é considerada o nível mais completo de mensuração, pois possui intervalos iguais e zero absoluto, permitindo todas as operações matemáticas. Exemplos incluem idade, rendimento e número de manifestações políticas.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a escolha adequada da escala é essencial para garantir validade e rigor científico na investigação.

6. Limitações metodológicas em Ciências Sociais

Apesar da importância da mensuração e das escalas, a investigação em Ciências Sociais enfrenta diversos desafios metodológicos. Os fenómenos sociais caracterizam-se pela sua complexidade, subjetividade e influência contextual. Atitudes, crenças, valores e comportamentos humanos não podem ser medidos com total precisão.

Bourdieu (1989) sublinha que a operacionalização dos conceitos é influenciada pelas perspetivas teóricas e epistemológicas do investigador. Assim, diferentes investigadores poderão interpretar e operacionalizar os mesmos conceitos de formas distintas.

Gil (2008) refere igualmente que a mensuração nas Ciências Sociais dificilmente



alcança níveis absolutos de precisão, uma vez que o comportamento humano é dinâmico e influenciado por fatores culturais, sociais e históricos.

Neste contexto, Denzin e Lincoln (2018) defendem a complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos, bem como a triangulação metodológica, permitindo analisar os fenómenos sociais a partir de diferentes perspetivas.

7. Ética na investigação científica

A ética constitui um princípio fundamental em qualquer investigação científica. Nas Ciências Sociais, o investigador trabalha frequentemente com pessoas, grupos sociais e informações sensíveis, sendo indispensável garantir o respeito pelos participantes.

Entre os principais princípios éticos destacam-se o consentimento informado, a confidencialidade, o anonimato e a honestidade científica. Os participantes devem conhecer os objetivos da investigação e poder decidir livremente participar ou abandonar o estudo.

Além disso, o investigador deve reconhecer os possíveis enviesamentos presentes ao longo do processo de investigação. Weber (2005) sublinha a importância da reflexividade crítica e da consciência ética no desenvolvimento da investigação científica.

Conclusão

Em Ciências Sociais, a construção do modelo de análise constitui uma etapa fundamental do processo de investigação científica. Através da definição de conceitos, hipóteses, variáveis, indicadores e escalas de mensuração, o



investigador consegue transformar fenómenos abstratos em elementos empiricamente observáveis e analisáveis.

Segundo Babbie (2016) e Campenhoudt et al. (2019), o rigor metodológico depende da coerência entre todos os elementos da investigação, desde a pergunta de partida até à interpretação dos resultados. Além disso, a reflexão crítica sobre os limites da mensuração, a complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos e o respeito pelos princípios éticos são fundamentais para garantir a validade científica da investigação.

Desta forma, o modelo de análise não deve ser entendido apenas como um instrumento técnico, mas como um elemento estruturador da investigação científica, contribuindo para a produção de conhecimento crítico, rigoroso e socialmente relevante.

Referências Bibliográficas

Babbie, E. (2016). The practice of social research (14th ed.). Cengage Learning.

Babbie, E. (2021). The practice of social research (15th ed.). Cengage Learning.

Bourdieu, P. (1989). O poder simbólico. Difel.

Bryman, A. (2016). Social research methods (5th ed.). Oxford University Press.

Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). Manual de investigação em ciências sociais (6.^a ed.). Gradiva.



- Coutinho, C. P. (2023). Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas. Almedina.
- Creswell, J. W. (2014). Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (4th ed.). SAGE.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (Eds.). (2018). The SAGE handbook of qualitative research (5th ed.). SAGE.
- Durkheim, É. (1982). As regras do método sociológico. Presença.
- Flick, U. (2018). An introduction to qualitative research (6th ed.). SAGE.
- Fortin, M.-F. (2009). Fundamentos e etapas do processo de investigação. Lusodidacta.
- Gil, A. C. (1995). Métodos e técnicas de investigação social (4.^a ed.). Atlas.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social (6.^a ed.). Atlas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). Fundamentos de metodologia científica. Atlas.
- Popper, K. (2005). A lógica da investigação científica. Cultrix.
- Stevens, S. S. (1946). On the theory of scales of measurement. Science, 103(2684), 677–680. <https://doi.org/10.1126/science.103.2684.677>
- Weber, M. (2005). A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. Ática.

